

AS PALAVRAS DE ORDEM E A CENA PÚBLICA

Luciana Nogueira¹

Resumo:

O artigo apresenta parte de uma pesquisa de iniciação científica sobre palavras de ordem que circulam na cena pública, a partir de uma perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação, estabelecendo relações com a Análise de Discurso. Analisa-se as palavras de ordem como acontecimento enunciativo e discursivo, levando em conta a argumentação e o político como conceitos centrais para compreender o funcionamento enunciativo das palavras de ordem, pelos porta-vozes, na cena pública.

Palavras-chave: Palavras de ordem; Porta-voz; Acontecimento; Político; Cena pública.

Résumé:

L'article présente une partie d'une recherche d'initiation scientifique sur mots d'ordre qui circulent dans la scène publique, à partir d'une perspective de la Sémantique Historique de l'Énonciation, en établissant des relations avec l'Analyse du Discours. On analyse les mots d'ordre comme événement énonciatif et discursif, en tenant compte de l'argumentation et le politique comme concepts centraux pour comprendre l'opération énonciative des mots d'ordre, par les porte-paroles, dans la scène publique.

Mot-clé: Mots d'ordre; Porte-parole; Événement; Politique; Scène publique.

Considerações iniciais

A partir do trabalho de iniciação científica desenvolvido por mim no curso de graduação em Letras, na UFSCar, e que teve como título “Argumentação e Acontecimento nas Palavras de Ordem”², apresentarei, neste artigo, apenas uma

¹ Doutora em Linguística pela Unicamp e docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL da Univás. Contato: lulunog@yahoo.com.br

² Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica iniciado em agosto de 2003, financiado pelo CNPq e de novembro de 2003 a abril de 2005, financiado pela FAPESP (processo nº 02/14215-4) e realizado no curso de Letras da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, sob orientação da Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva.

parte dele, como um relato de pesquisa, mais precisamente como é que analisei o funcionamento da palavra de ordem na cena pública, a partir de uma perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação, estabelecendo relações com a Análise de Discurso. Esse trabalho foi desenvolvido no período de 2003 a 2005. O que apresento, então, é um trabalho bem inicial mesmo, no sentido de que foram os primeiros passos no mundo acadêmico-científico. Portanto, optei por manter o texto muito próximo ao que fiz naquele momento de descoberta científica. Um gesto de retorno ao que considero meu primeiro trabalho acadêmico, de retorno às minhas primeiras questões de pesquisa, as quais (me) deixam ver a relação de afeto e prática que tenho com a política, com o movimento social e com a linguagem.

Neste trabalho de pesquisa sobre palavras de ordem, tratei da enunciação como acontecimento, ou seja, como fato discursivo, observando o movimento da enunciação na relação com o interdiscurso e os enunciados que se entrecruzam em um momento dado e, nesse sentido, o conceito de acontecimento é o que me permitiu analisar a temporalidade da palavra de ordem. Ao trabalhar com o conceito de acontecimento discursivo e enunciativo, com um trabalho de interpretação, estabelecendo relações com o conceito de pré-construído, busquei me diferenciar assim da pragmática.

Esse estudo privilegiou a relação língua, enunciação e história e, a partir disso, mobilizei vários conceitos que interferem nessa relação para trabalhar com meu objeto de análise: as palavras de ordem. Os conceitos e noções mais mobilizados foram: argumentação, língua, acontecimento, enunciação, pré-construído, porta-voz, arquivo, antecipação, história, ideologia, designação, político, reescrita, cena enunciativa e cena pública. Ainda que de maneira inicial e breve, fizemos também alguns apontamentos sobre a relação entre real da língua e real da história.

As palavras de ordem que constituíram os recortes do corpus da pesquisa foram: “Não à ALCA!”, “Diga não à ALCA!”, “Não pagar a dívida e(x)terna!”, “Legalize já!”, “Verba pra educação, pra dívida externa não!”, “Abaixo o imperialismo!” e “Fora o FMI!”.

O conceito de arquivo, conforme propõe Pêcheux (1997), foi muito importante para a nossa leitura do corpus, pois o funcionamento do arquivo não é dado numa primeira leitura, ele é opaco. O trabalho de leitura do arquivo é constituído pela relação língua/discursividade e, nesse sentido, procurei estudar as relações entre o conceito de arquivo e o de pré-construído para fazer os recortes e análise das palavras de ordem. Iniciei o trabalho de análise pela palavra de ordem “Verba pra educação,

pra dívida externa não!” como uma negação polêmica e para isso me apoiei no trabalho de Indursky (1990), para quem:

a negação polêmica permite que se expressem, simultaneamente, no mesmo enunciado os pontos de vista antagônicos de dois enunciadores: o enunciado positivo é imputado a um primeiro enunciador; enquanto o negativo é atribuído a um segundo enunciador, com o qual o locutor se identifica para opor-se ao primeiro (INDURSKY, 1990, p. 118).

Em “Verba pra educação, pra dívida externa não!” se confrontam dois pontos de vista incompatíveis, produzidos por enunciadores antagônicos. Para o primeiro a verba deve ser utilizada para pagar a dívida externa. Para o segundo enunciador a verba arrecadada no Brasil deve ir para a Educação, ou então, deve-se ter mais verba para a educação. Então, o enunciador dessa palavra de ordem mobiliza dois pontos de vista divergentes e, ao fazer isso, ele se identifica com o segundo para refutar o primeiro. É este procedimento que instaura a negação polêmica neste discurso. Por isso é que não temos aqui uma denegação, já que não há a ocorrência de ocultação de um comportamento admitido pela formação discursiva a que o enunciado está vinculado, como seria se fosse uma denegação. Ao contrário, são mobilizadas duas formações discursivas em que há o confronto entre as posições-sujeito.

Fizemos, ao longo da pesquisa, um estudo sobre a figura enunciativa do porta-voz na relação com o conceito de antecipação. Procuramos tratar do funcionamento interpretativo proposto, levando em conta a ideologia, sempre tendo como norte a argumentação no discurso. Para a análise do corpus, tivemos como procedimento estabelecer as designações e paráfrases das palavras de ordem, para compreendê-las como acontecimento, observando o político, que é constituído na divisão dos sentidos.

Na última etapa da pesquisa é que fizemos um estudo sobre a cena pública, ampliando a compreensão do conceito de político com Corten (1999) e estudando também a presença do político na narrativa jornalística, considerando a noção de cena pública. Apontamos relações com o estudo e a classificação das palavras de ordem de Moreno, como apresentarei brevemente adiante, e para isso o conceito de cena enunciativa de Guimarães (2002) foi central. Por último, trabalhamos com os documentos de proposta de implantação da ALCA. Para essa análise operamos principalmente com o conceito de político de Guimarães (2002), observando o confronto que se dá entre normatividades e a divisão do político.

1. Alguns elementos teórico-metodológicos da pesquisa

Com o conceito de argumentação, na Semântica, compreendi, neste trabalho, que é pela apreensão da direção argumentativa que as palavras de ordem produzem seus efeitos na mobilização social. Como metodologia de análise procuramos estabelecer a relação entre designações, analisando as reescritas e mobilizando o conceito de político. O conceito de político foi primeiro trabalhado na perspectiva de Orlandi (1998a), na qual o político é o fato de que todo sentido é sempre dividido e, mais ao final da pesquisa, momento em que já formulava um projeto de mestrado para analisar os documentos que propunham a criação da ALCA, trabalhei mais com o conceito de político de Guimarães (2002), tratando do confronto entre as normatividades. Para ele “*o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento.*” (GUIMARÃES, 2002, p. 16). Depois, mais especificamente para o estudo da cena pública, é que trouxemos o conceito de político de Corten (1999), para quem o político é tratado como representação, que só se dá na cena pública, onde circula o litígio.

Com relação à palavra de ordem “Não à ALCA!”, fiz uma análise de recortes dos documentos das quatro Cúpulas das Américas sobre a constituição da ALCA³. Com essa análise, vimos que há a contradição de uma normatividade que estabelece uma divisão do real, de modo desigual, e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos, pois a palavra de ordem “Não à ALCA!” se representa como resistência a certa normatividade. O Enunciador Coletivo dos documentos da ALCA é um enunciador universal. Há várias divisões do político. Essas divisões se dão nos agentes de mobilização, nos participantes da mobilização, nos governos. A divisão do político ocorre pelas predicções determinadas pela antecipação da legalização que propõe o documento de criação da ALCA, isto é, a instalação de uma determinada normatividade.

Já com a palavra de ordem “Diga não à ALCA” trata-se de uma enunciação de ordem individual marcada pelo *diga*, cujo interlocutor é quem precisa ser mobilizado. Quando pensamos nas condições de produção dessa enunciação, nos deparamos com

³ Posteriormente, esses mesmos documentos constituíram o corpus do meu trabalho de Mestrado em que analisei as palavras “integração” e “progresso”, pela perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação e Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Guimarães, no IEL/Unicamp.

o contexto do plebiscito que aconteceu no ano de 2002, em que os brasileiros teriam que votar contra ou a favor da ALCA (Área de Livre Comércio entre as Américas). Então, os locutores da mobilização dizem: no plebiscito, na votação, diga não à ALCA! Assim, pode ser uma palavra de ordem tanto para o governo, que deve dizer não à ALCA, quanto para as pessoas, os brasileiros dizerem não à ALCA. Ao dizer “diga não à ALCA”, o enunciador se dirige mais diretamente ao seu interlocutor (no caso, o povo brasileiro). Ou seja, dizer “Não à ALCA!” é diferente de dizer “Diga não à ALCA” e o deslocamento aqui é determinado pelo acontecimento e esse movimento de enunciação se dá na relação com a exterioridade. O funcionamento da palavra de ordem é constituído na relação com os agentes de mobilização.

Quanto à enunciação, nós a compreendemos conforme a define Guimarães (1999, p. 21): “enunciação é por-se a língua em funcionamento, movimentada pelo interdiscurso, quando alguém ocupa aí uma posição de sujeito.” Sobre essa questão de que a enunciação é que põe a língua em funcionamento, esta é uma elaboração que vem de Benveniste. Essa consideração é fundamentada no conceito de que a língua é movimentada pelo interdiscurso, por isso não tem como alguém se apropriar dela; além disso, é materialmente histórica. A todo momento essa historicidade é posta em relação com a ordem do discurso, à interdiscursividade. É devido a esse movimento que ela funciona. A enunciação produz sentidos e, de acordo com Guimarães (1995, p. 70), o sentido “são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento.”

O acontecimento da palavra de ordem é mobilizado por uma relação com a exterioridade, sendo o acontecimento apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1993) e mesmo o cruzamento de discursos diferentes num texto (GUIMARÃES, 1995), ainda que se tratem de diferentes ordens de acontecimento, nós trabalhamos no entremeio dessas noções, nessa pesquisa de iniciação científica. A temporalidade da palavra de ordem parece estar próxima do fato, mas o funcionamento é constituído na relação com agentes de mobilização, como, por exemplo, partidos políticos, movimentos sociais, comitês de luta, setores da igreja, sindicatos, etc.

Com relação às análises propriamente ditas das palavras de ordem, mais pormenorizadas, eu as publiquei em Cadernos de Pesquisa da Unidade de Pesquisa em Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem – UEHPOSOL, do Departamento de Letras da UFSCar.

2. Uma política para as palavras de ordem

Na última etapa da pesquisa de iniciação científica, procurei estabelecer uma relação entre a análise que desenvolvi e o que Nahuel Moreno,⁴ um destacado dirigente trotskista da América Latina, elabora sobre as palavras de ordem. Para isso, fiz alguns recortes de seu livro, intitulado: “Teses para Atualização do Programa de Transição⁵” (1992) e o texto “A Traição da OCI(u)”, de 1982, publicado em português no livro “Os governos de frente popular na história”, em 2003. Nesses dois documentos, ele trata da questão das palavras de ordem e propõe uma categorização entre as palavras de ordem que seriam mobilizadoras e as que seriam agitativas. Com isso, pude compreender um pouco a diferença que há entre a análise da política das/nas palavras de ordem e a análise do político nas palavras de ordem. Moreno propõe uma certa categorização das palavras de ordem, a partir da análise da conjuntura, com o método do materialismo histórico dialético. Na tese XXXV, Moreno trata do papel das palavras de ordem (propaganda, agitação e ação). Para ele “o aspecto que apresenta maiores dificuldades para o marxismo é formular essas frases ou palavras de ordem” (MORENO, 1992, p. 134). E acrescenta que:

Assim como nós, procurando mobilizar a classe operária, elaboramos frases que sejam compreensíveis para as grandes massas, os aparatos contra-revolucionários fazem a mesma coisa: formulam palavras de ordem, frases compreensíveis para as grandes massas, mas com o objetivo oposto ao nosso: desmobilizá-las (MORENO, 1992, p. 134).

Desse modo, as palavras de ordem são de dois tipos: algumas são somente para se dialogar com o movimento de massas, ainda que não haja possibilidades imediatas de se passar à ação e outras são para a ação e mobilização do movimento de massas. A palavra de ordem, nessa perspectiva, deve ser uma síntese das necessidades imediatas e da consciência imediata do movimento de massas, com o objetivo de se alcançar uma mobilização. Ao falar da importância de adequar as palavras de ordem à situação imediata da luta de classes e das tarefas de um partido trotskista, Moreno afirma que: “Todo partido trotskista que, nesta hora de mudanças

⁴ Nahuel Moreno (Argentina, 1924-1987) foi um dos principais dirigentes do trotskismo da América Latina, dedicando praticamente toda sua vida a acompanhar as lutas operárias e populares e a impulsionar a construção de partidos socialistas revolucionários leninistas.

⁵ Moreno escreveu essas teses com a finalidade de servirem de base para o programa da IV Internacional – Comitê Internacional de Reconstrução (QI – CI). É uma organização surgida em 1980, como resultado de uma união de duas correntes, nas quais uma era liderada por Nahuel Moreno (Argentina) e a outra por Pierre Lambert (França). Nessas teses, temos pelo menos dois capítulos que são dedicados especificamente à questão das palavras de ordem.

ininterruptas na luta de classes, continua com as mesmas palavras-de-ordem e análises, está equivocado” (MORENO, 1992, p. 137).

Assim, nós teríamos algumas categorias de palavras de ordem, que podem se combinar, segundo Moreno:

- palavras de ordem somente para dialogar com o movimento de massas;
- palavras de ordem para a mobilização do movimento de massas;
- palavras de ordem para a ação do movimento de massas;
- palavras de ordem para a agitação;
- palavras de ordem de propaganda.

De maneira que teríamos enunciações direcionadas ao efeito do diálogo, da mobilização, da ação, da agitação e da propaganda. Esses enunciados então é que compõem a política da palavra de ordem do locutor-dirigente do movimento/organização (Moreno) em que a conjuntura conta fundamentalmente.

Do ponto de vista da teoria com que trabalhamos, o momento em que as palavras de ordem são enunciadas nos interessa enquanto condições sócio-históricas de produção do discurso, enquanto interdiscurso, enquanto cena enunciativa, enquanto memoráveis que são recortados, etc. De acordo com Guimarães (2002), os memoráveis são recortes do acontecimento que são dados pelo próprio acontecimento da enunciação. Por outro lado, sem a noção de acontecimento, tal como na Análise de Discurso, não poderia analisar as palavras de ordem dessa perspectiva discursiva, pois é nos cruzamentos de discursos, através das análises das designações que fiz, que é possível ver o acontecimento da palavra de ordem enquanto um enunciado discursivo.

Ao tratar da política da palavra de ordem, Moreno mostra as diferentes “categorias” delas para o movimento, mesmo porque se trata de uma definição da política da palavra de ordem e não de uma análise linguística/enunciativa. Para o autor, vale dizer, as palavras de ordem podem ter o papel de desencadeamento de um movimento social. A palavra de ordem passa do anonimato para a enunciação coletiva. Ela sozinha não é nada. É o dizer coletivo que a faz e assim a palavra de ordem só se dá no acontecimento.

A designação é do âmbito do político. E o político, segundo o que propõe a teoria da Semântica do Acontecimento, conforme Guimarães (2002), é a contradição que instala o conflito no centro do dizer. Considerando isto, analisei cada palavra de ordem que tomei como recorte fazendo a relação entre designações, por meio de suas reescritas e também observando as divisões que se dão no processo de argumentação

pelo conceito de político de Guimarães (2002). Em todas as palavras de ordem analisadas, observamos que há uma discursividade contra um certo discurso dominante, presente nos locutores da mobilização, os enunciadores das palavras de ordem.

3. O Porta-Voz

As palavras de ordem circulam pelos/nos agentes de mobilização. A partir disso, busquei compreender como é que funciona a figura do porta-voz em mobilizações sociais e como o porta-voz instaura o confronto na mobilização. Pêcheux (1990) afirma que o porta-voz é, ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento:

o efeito que ele [o porta-voz] exerce falando “em nome de ...” é antes de tudo efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um ‘nós’ em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

O porta-voz, assim, dá visibilidade e concretiza o momento em que o invisível do acontecimento se torna visível, por um efeito visual. Na enunciação sempre temos um movimento. Esse movimento caracteriza uma diferença e uma divisão de sentidos num conflito estabelecido no dizer. O porta-voz é então aquele que fala *em nome de* e se constitui num enunciador, que não é universal nem individualizado; o porta-voz, em nossa compreensão, é um enunciador historicizado. É o porta-voz que dá visibilidade ao conflito que, por sua vez, vai culminar em um confronto. Quando temos a enunciação da palavra de ordem, temos o confronto estabelecido no dizer e na sociedade, na história.

Ao analisarmos o papel do porta-voz, se colocou então a questão da antecipação, que se dá através de relações imaginárias no processo de argumentação no discurso. Esse conceito de antecipação, mais a questão da evidência (o funcionamento da ideologia como produção de evidências) tratada na Análise de Discurso e as relações imaginárias, vão possibilitar uma relação a ser pensada entre a palavra de ordem, o real e o “estado de mobilização”. O mecanismo de antecipação

(ORLANDI, 2002) consiste em que todo sujeito pode se colocar no lugar de seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem e isso é constitutivo de todo discurso.

O porta-voz instaura o confronto por meio da enunciação da palavra de ordem. Esse confronto só funciona na cena pública ou no “estado de mobilização”. Os agentes de mobilização, enquanto locutores porta-vozes, administram os conflitos. A questão que se colocou então foi: qual é o sentido de repetir a palavra de ordem no confronto que se dá na cena pública?

Manoel de Barros, com sua brilhante poesia, em “Uma didática da invenção”, indica um caminho possível:

Repetir repetir – até ficar diferente.

Repetir é um dom do estilo.

4. A Cena Pública

As palavras de ordem circulam pelos/nos agentes de mobilização, trabalhando nas posições antagônicas para a cena pública, quando é confronto. Os agentes de mobilização antecipam a cena pública, ou seja, o confronto. Assim, temos o locutor L1 = representantes dos agentes de mobilização, que coincide com o enunciador E1 = porta-voz. E temos o locutor L2 = povo, que coincide com o enunciador E2 = enunciador coletivo = participantes da mobilização. O L1 é um locutor coletivo, que é dividido. Os representantes dos agentes de mobilização são os representantes de partidos políticos, associações, sindicatos, correntes políticas e outras organizações de movimentos sociais. E1 é porta-voz do Locutor 1. O Locutor 2 (L2) = povo, que são os participantes da mobilização e são divididos em: participantes envolvidos com a mobilização; participantes dos partidos e lideranças; e mesmo aqueles que podem desconhecer os motivos da mobilização.

Os agentes de mobilização têm o Lugar Social e o Lugar do Dizer. A função do enunciador E2 é de dar visibilidade ao acontecimento. Isto se dá no movimento, na mobilização. No Lugar do Dizer dos agentes é que temos as posições sujeito antagônicas contra o governo e o FMI, como no caso que analisamos das palavras de ordem: “Fora o FMI” e “Não pagar a dívida e(x)terna”. Diante dessa reflexão temos então uma outra divisão que é: i. agentes da mobilização e ii. participantes da mobilização. Nessa divisão temos o político. Cada uma dessas divisões se constituem em espaços divididos, que são espaços de enunciação.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. (GUIMARÃES, 2002, p. 18)

Assim, Guimarães (2002) considera que o espaço de enunciação é um espaço político. Na cena enunciativa, a divisão que se põe de direito à fala é administrada por um Locutor Coletivo, no sentido de que nem todos os agentes de participação estão diretamente envolvidos com a organização da mobilização, e o modo de dizer é universal. Alguns apenas participam como agitadores ou como quem adere à manifestação. O direito à fala é o direito de repetir. O direito à fala, na palavra de ordem, é dividido. Assim temos: direito de agente participante mobilizado e direito de agitador, participante que *repete*. Temos então, graus diferenciados de envolvimento com a mobilização. O que dá o sentido à palavra de ordem é a divisão na repetição. A quantidade de mobilizados e os graus de envolvimento com a mobilização constituem a cena pública. Não pretendemos esgotar aqui a discussão da repetição das palavras de ordem, mas já visualizar como é que funciona a repetição da palavra de ordem enunciativamente e discursivamente.

A voz coletiva que repete está sempre repetindo um já-dito e isso se inscreve na ordem do ideológico. Os sujeitos que repetem se colocam como autor da enunciação de repetição, no caso da palavra de ordem. Existe um “acordo”, uma adesão política, um laço entre os que repetem as palavras de ordem. É por isso mesmo que esse mecanismo de repetição se inscreve na ordem do ideológico.

Quando vamos para a cena enunciativa, podemos dizer que temos o Lugar Social “agentes da mobilização” e o Lugar Social “participantes da mobilização”. Porém, os lugares de dizer dos enunciadores das palavras de ordem são igualmente universais. O enunciador da palavra de ordem toma sempre a forma da coletividade. O sujeito se transforma em um *nós* que lhes é incomum, tanto aos agentes da mobilização quanto aos participantes da mobilização.

Considerando a questão da produção de sentidos das palavras de ordem no movimento, na mobilização, buscamos então compreender como é que funciona a interpretação no discurso e na relação que isso tem com os sujeitos da mobilização. Para tanto, me apoiei no trabalho de Orlandi (1998) sobre a questão da leitura e da

interpretação. Para a autora, a interpretação é função da historicidade. Não se analisam os textos, mas sim, como os textos produzem sentidos.

De acordo com Orlandi (1998), o interdiscurso se localiza na constituição do discurso e é da ordem do repetível. Não é no interdiscurso que o analista de discurso tem acesso direto, mas no intradiscurso, onde há a formulação no aqui e agora do sujeito. Ela afirma que há o fato de que é pelo intradiscurso que o sujeito intervém no repetível, porém é o interdiscurso que regula os deslocamentos dos limites de cada formação discursiva, incorporando os efeitos do já-dito.

Nos interessou compreender, nessa perspectiva, algo sobre a “consciência do falante”. Tratamos de falante aqui, não na perspectiva de Saussure de falante e ouvinte, mas sim de falante enquanto uma categoria enunciativa. De acordo com Orlandi (1998, p. 16), “a previsibilidade, a regularidade não são fatalidades mecânicas. São parte da história, ou melhor, das histórias dos sujeitos e dos discursos”. Para ela, determinar não é antever, não é fixar, nem prever num sentido conteudístico, mas sim conhecer o princípio de funcionamento. É conhecer, dessa forma, quais são as condições de realização.

Sobre a condição do sujeito no discurso, Orlandi afirma que:

O que temos a dizer é que reconhecer que o jogo da palavra é fortemente administrado e explicitar a organicidade desse poder dizer não significa poder ‘dominá-lo’. Ao contrário, o que a Análise de Discurso mostra é a equivocidade desse poder, o fato de que ele está à cavalo sobre a língua e a história, entre a estabilidade e a movência, entre a vontade e a indiferença. Não há nem um agente onipotente na origem e nem um poder institucional todo poderoso no fim (ORLANDI, 1998, p. 17).

Nesse sentido, o sujeito (e aqui não é falamos em “falante”) se constitui num movimento de entrega e de resistência. O processo de resistência é “estabelecer um outro lugar de discurso onde se possa (re)significar o que ficou 'fora' do discurso.” (ORLANDI, 1998, p.17).

Ao repetir a palavra de ordem, o sujeito se expõe à historicidade. Há um deslocamento aí que é produzido pela exposição do sujeito à historicidade. Nessa perspectiva, a interpretação não é algo transferível. Ela pode ser trabalhada, transformada, pois, como afirma Orlandi, “cada um tem seu gesto que só faz sentido no seu evento.” (ORLANDI, 1998, p. 21).

No decorrer desse trabalho sobre a cena pública, me pareceu importante pensar sobre a “necessidade” da cena pública, de sua constituição e, nesse sentido,

tentei dar resposta às seguintes questões: por que os agentes de mobilização antecipam a cena pública? E ainda, uma pergunta que antecede é por que é preciso instaurar a cena pública? Pensando nessas questões é que podemos dizer que não há um espaço de enunciação onde os interlocutores têm o direito de participar, ou não está constituída a cena enunciativa no caso da palavra de ordem. Há os que ficam de fora. Só enquanto cena pública é que temos o conflito. A antecipação do conflito é para não aceitar uma normatividade. A partir do momento em que não há esse espaço para as diferentes posições dizerem igualmente, é preciso então que se crie esse espaço para dar visibilidade ao confronto, como resistência à normatividade que divide desigualmente o real.

Nesse sentido, o conceito de político de Corten (1999) e de cena de representação me ajudou a formular algumas questões acerca da cena pública. “Por cena de representação, não se deve, portanto, compreender uma cena que refletisse outra coisa. É o discurso em sua circulação que constrói a montagem e delimita o fechamento da cena”. (CORTEN, 1999, p. 37).

Ou seja, o que Corten apresenta na citação acima diz respeito à circulação do litígio. Essa circulação do litígio se dá na cena pública, ou nesta cena de representação da qual ele fala. Na circulação do litígio nós temos o Locutor da Manifestação e o Locutor da Não Manifestação. A cena pública ou de representação é o espaço que é constituído para a circulação do litígio.

Corten afirma que o político é em si mesmo uma representação. Ele também fala da divisão e da relação que existe entre a cena e o real. A relação mostra a divisão. Aí está o político, ou a representação do político, para o autor. Para ele, a cena apresenta a ficção do “príncipe possível”. E essa ficção, por sua vez, é o político (uma representação). Onde existe o político, esse “príncipe possível” não pode dispensar esse relato e, nessa medida, “o próprio ‘príncipe real’ não pode dispensar a ficção do ‘príncipe possível’.” (CORTEN, 1999, p. 38).

Em seguida, o autor trata da questão da representação das forças políticas e aí se tem que o poder, tal como é concebido (o “príncipe possível”), é produzido pelo relato de poder. O que nos interessou saber é em que medida a cena pública seria esse espaço de representação do político?

Quando Corten trata dos locutores autorizados do discurso político, ao analisar o exemplo paradigmático do historiógrafo real, em que discute o relatório de Pellisson endereçado a Colbert, expondo um projeto de historiografia de Luís XIV, nos pareceu interessante observar o fato de que, de acordo com Corten, Pellison

transforma o rei em sujeito obrigatório da cena de representação por ele constituída. Nesse mesmo sentido, consideramos que na palavra de ordem “Não à ALCA!” na cena pública o governo é transformado em sujeito obrigatório da cena de representação constituída pela manifestação ou pela mobilização.

É nesse sentido que dialogamos com Corten, a partir do conceito de cena pública. O que nós estamos tratando de cena pública, Corten trata como cena de representação do político. A cena de representação só existe na cena pública. E, para tratar de representação numa cena, vemos que o conceito de cena enunciativa, já abordado anteriormente, é fundamental no procedimento das análises, pois interessa saber quem é o sujeito, ou melhor, quem são os sujeitos da cena pública onde se dá o confronto. A partir disso, podemos pensar no que é que precisa ser representado na cena. O que precisa ser representado é o confronto que se dá entre sujeitos ou práticas discursivas sociais distintas. Esse confronto passa a ser representado pela posição que têm os manifestantes do assunto em questão. Leva-se essa posição para o conhecimento público através do confronto na cena pública.

No que diz respeito à língua política, o autor afirma que ela é proliferação de “enunciados transformadores”. E nessa perspectiva a língua só é política na relação com o efeito de relato. Ela se apresenta como sentido na representação das forças políticas. Daí que essa cena não é regida por regras. A língua política seria então “a expressão condensada do caráter aleatório do acontecimento discursivo, o efeito de relato seria, se assim se pode dizer, um macro-acontecimento discursivo. Ele não vem nem de cima, nem de baixo.” (CORTEN, 1999, p. 50).

É nessa linha de pensamento que Corten diz que os discursos políticos se inscrevem no campo da persuasão. Os discursos políticos sempre se referenciam na cena de representação.

Para Corten (1999), o político é uma representação que se dá no espaço de enunciação, cujo acontecimento é público. Esse conceito de cena pública possibilita a criação mesmo do confronto e aqui considere necessário analisar o conflito que se põe para tratar das contradições com a normatividade já posta. O político está no centro do dizer, no direito ou não-direito à fala, na constituição da mobilização.

A argumentação na cena pública é tratada nas divisões na relação com as determinações pelas predicções no interdiscurso. Também a antecipação na palavra de ordem funciona na direção de *não legalizar a ALCA*, conforme vimos em nossas análises da palavra de ordem “Não à ALCA!”. E então o litígio é antecipado na cena pública.

Considerações finais

Começamos nossas análises da cena enunciativa a partir de Guimarães (2002), com sua elaboração sobre a cena enunciativa, o político e o espaço de enunciação. Estes conceitos foram mobilizados para compreendermos, nessa pesquisa de iniciação científica, as categorias do sujeito da enunciação. Porém, ao tratar das palavras de ordem na perspectiva enunciativa, além do conceito de cena enunciativa, considerando que há instauração do confronto público de um modo muito específico, é que procuramos trabalhar com a noção de cena pública, pois a palavra de ordem se dá nesse espaço enunciativo: a cena pública. Daí é que o conceito de representação do político de Corten (1999) nos interessou. Para o autor, a representação do político se dá somente na cena pública.

Com relação à argumentação, nossa análise apontou para que a palavra de ordem “Não à ALCA!”, na relação com a divisão dos locutores no espaço de enunciação e na divisão que é legalizar e deslegalizar ou não-legalizar, argumenta para a *deslegalização*, determinada pela negação das reescrituras dos verbos predicados para a “ajuda”, que a ALCA promoveria⁶. O litígio é antecipado na cena pública. A argumentação contra se dá na relação com todas essas divisões. As divisões sustentam a deslegalização, pois tratamos da argumentação no acontecimento.

A palavra de ordem traz o movimento que vem da mobilização para o confronto. A palavra de ordem não tem a possibilidade do litígio no jurídico. No caso das palavras de ordem, ela só se dá na cena pública porque é necessário o embate público para negar uma determinada normatividade. A cena pública é caracterizada pelo acontecimento na relação com as antecipações e o interdiscurso. É o dizer coletivo que faz a palavra de ordem e o dizer coletivo se dá no acontecimento. Mesmo no dizer coletivo, observamos que há a divisão entre agentes da mobilização e participantes da mobilização. O conceito de político possibilita a análise dessa divisão. A partir dos graus diferenciados de envolvimento com a mobilização, temos um modo específico do direito à fala como o direito de repetir. A voz coletiva que repete está repetindo um já-dito e esse processo é ideológico. O sujeito que repete se

⁶ Nossa análise dos verbos que predicam a ALCA, como criar, elevar, incluir, promover, reduzir (a pobreza), melhorar, etc. nos possibilitou compreender como esses verbos são modos de reescrever o bem-estar social promovido pela ALCA, determinando a argumentação favorável à sua aprovação. Cada uma dessas reescritas designam o que seja a ALCA. Ao designar o objetivo da ALCA, são representadas diferentes operações enunciativas com os verbos de ajuda. A cada vez que se reescreve, se cria diferentes sentidos para a ALCA. Os diferentes modos de se (re)significar os sentidos da ALCA se dão através das operações enunciativas dos verbos.

expõe à historicidade e se desloca numa posição sujeito de repetir a palavra de ordem. Porém, a repetição não é só repetição porque há a interpretação também, conforme Orlandi (1998).

É com a cena pública que podemos mostrar que o funcionamento da palavra de ordem é constituído na relação com agentes de mobilização. A cena pública é interessante para pensar a enunciação coletiva (as palavras de ordem), pois os sentidos delas se constituem na cena pública, que é caracterizada pelo acontecimento e pelas condições sócio-históricas de produção do dizer, do discurso.

Referências

- CORTEN, A. Discurso e representação do político. In: Indursky, F. e Ferreira, M. **Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p. 173-186.
- GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. Efeitos do Arquivo. A Análise do Discurso no Lado da História. In: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 163-183.
- GUIMARÃES, E. **Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. Interpretar Língua e Acontecimento. Artigo publicado na **Revista Brasileira de Letras – UFSCar**, vol. 1, n. 1, 1999, p. 19-23.
- _____. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas – SP: Pontes Editores, 2002.
- INDURSKY, F. Polêmica e Denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. In: **Caderno de Estudos Linguísticos 19**. Campinas. IEL/UNICAMP, 1990, p. 117-122.
- MORENO, N. A Traição da OCI(u). [1982]. In: **Os governos de frente popular na história**. São Paulo: Sundermann, 2003.
- MORENO, N. **Teses para Atualização do Programa de Transição**. São Paulo: CS Editora, 1992.
- ORLANDI, E. Observatório do político. **Fórum Linguístico**, Fpolis, n. 1, 1998a, p. 73-81.
- _____. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: Orlandi, E. (org.) **A Leitura e os Leitores**. Pontes, Campinas, 1998b, p. 7-24.
- _____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2002.
- PECHÊUX, M. (1990). Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: Orlandi, E. e

Geraldi, J. (orgs.) **Cadernos de Estudos Lingüísticos 19**: O Discurso e suas análises. Campinas: UNICAMP, p. 7-24. Traduzido por José Horta Nunes.

_____. **O Discurso - estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes. Tradução: Eni P. Orlandi. 1997.